

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

21/03/2019

QUINTA-FEIRA

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699



CPI DA ENEL

Investigação ganha força com apoio do TCE e TCM

DA REDAÇÃO

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a Enel Goiás recebeu mais um aporte com a declaração de apoio dos Tribunais de Contas do Estado (TCE) e dos Municípios (TCM), após audiência de deputados estaduais e conselheiros, esta semana.

As reuniões surgiram por iniciativa dos parlamentares membros da CPI, liderados pelo presidente Henrique Arantes (PTB) e contou com as presenças do relator, Cairo Salim (Pros), Alysson

Lima (PRB) e Antônio Gomide (PT).

O primeiro encontro, no TCE, com o presidente Celmar Rech, os deputados solicitaram disposição de auditores fiscais do tribunal para auxiliar na análise de documentos, bem como a disponibilização de relatórios de prestação de contas e documentos para a Comissão. De acordo com o representante do TCE, o auxílio à Assembleia Legislativa também está entre as responsabilidades da instituição.

No segundo encontro, marcado no TCM com o presidente Joaquim

de Castro, os deputados também tiveram a confirmação de apoio por meio de participação técnica e informações. O comprometimento com os trabalhos da CPI foi reforçado pelos conselheiros Daniel Goulart, Francisco Ramos, Nilo Resende e Valcenôr Braz, além do procurador de Contas do Ministério Público de Contas dos Municípios (MPCM), Henrique Pandim.

REUNIÃO

A próxima reunião da CPI da Enel Goiás, na Assembleia Legislativa,



Celmar Rech (TCE-GO) recebe os deputados Cairo Salim, Antônio Gomide e Henrique Arantes

está marcada para esta quinta-feira, a partir das 9h da manhã e será transmitida ao vivo pela TV Assembleia. A comissão é composta pelos deputados titulares, Henrique Arantes (PTB), Alysson Lima (PRB),

Diego Sorgatto (PSDB), Cairo Salim (Pros) e Chico KGL (DEM); e os suplentes Rafael Gouveia (DC), Delegado Eduardo Prado (PV), Tião Carroço (PSDB), Amilton Filho (SD) e Antônio Gomide (PT).

Governo mira acerto com a Petrobras

Secretária da Economia,

Cristiane Schmidt, afirmou que o Governo de Goiás articula junto à estatal antecipação de R\$ 100 milhões referentes ao ICMS

VENCESLAU PIMENTEL*

A secretária de Economia, Cristiane Schmidt, disse que o governo Estado articula para tentar antecipar a liberação de recursos junto à Petrobras, referentes ao ICMS, que gira em torno de R\$ 100 milhões. Ele explicou que se trata de pendência jurídica que se arrasta na estatal desde governos passados, e que tem procurado saber se esse montante pode ser antecipado por meio de um acordo.

“Isso está sendo ainda discutido, vendo se eles querem ou não. São questões judiciais que estou vendo se consigo um acordo”, disse ela, após participar de audiência pública na Assembleia Legislativa, ontem à tarde, de prestação de contas do último quadrimestre de 2018.

Cristiane também antecipou informação de que procurou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sobre análise de avaliação de ativos do Estado, citando, por exemplo, o prédio do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, da sede da Secretaria de Economia e sobre o valor da Metrobus. “É que a gente quer entender. Queremos saber os ativos que a gente tem para poder pensar no

que fazer”, sintetizou.

Na audiência pública, a secretária reafirmou os números fiscais negativos, quando esteve recentemente na Assembleia, mas evitou usar o termo “terra arrasada”, como já manifestado pelo governador Ronaldo Caiado (DEM). Em entrevista à imprensa, afirmou que nunca usou esse termo. Ao contrário, reafirmou que Goiás é um Estado pujante, sempre foi é um estado rico e a atual situação fiscal é fruto de uma questão conjuntural. “A gente vai resolver isso”.

Na avaliação das metas fiscais do terceiro quadrimestre do ano passado, o Resultado Primário do período foi de R\$ 1,03 bilhão, mas a secretária explicou que considera que o número real é negativo, registrado em R\$ 3,2 bilhões. “O resultado primário foi muito acima da meta estabelecida, mas não é bem assim. Nós não colocamos aqui os restos a pagar e as despesas empenhadas. Então, o resultado real seria negativo e não positivo”, assegurou.

Em relação a gastos com pessoal, o gráfico da Secretaria de Economia mostra que, no que se refere à evolução de despesas totais, tendo como metodologia a da secretaria do Tesouro Nacional (STN), sobre a Receita Corrente Líquida,



Secretária da Economia ressaltou a importância da união dos poderes para atravessar a crise que ainda assola o País

houve um salto de 56,78%, em 2015, para 64,36% em 2018, portanto, acima do que prevê a legislação. Mas o Estado está dentro do limite prudencial por conta da emenda constitucional nº 55. O limite de alerta pelo Tribunal de contas do Estado é de 54%, incluindo os três poderes.

Considerando a despesa total de pessoal do Estado, discriminando pelos poderes, de 2015 a 2018, o Executivo ficou em 43,74%; o Legislativo em 3,06% (levando-se em conta a Assembleia Legislativa e os Tribunais de Contas do Estado e o dos Municípios); o Poder Judiciário, 5,40%; e o Ministério Público, 1,80%.

A titular da Secretaria de Economia reforçou o alerta de que o Estado já está dentro do limite prudencial, conforme o TCE, e que em 2018 o limite da Lei de Responsabilidade

Fiscal foi extrapolado. “Hoje estamos dentro do limite por causa da emenda constitucional 55, senão teríamos extrapolado esse limite”, reafirmou, e que sem essa emenda, o percentual chegaria a 64,36%. E então ela fez um apelo. “Precisamos dar as mãos para sairmos do buraco que a gente se encontra. Se continuar fingindo que não há nada de errado, não vai dar certo”, avisou. “Vim passar novamente essa mensagem de união dos poderes”, frisou, salientando que, hoje, Goiás conta com 300 mil desempregados.

Cristiane detalhou a reportagem do O Hoje a importância da união dos poderes. “Acho que todo mundo tem que estar consciente de que se não houver uma colaboração de todos os poderes, a gente não vai conseguir esse pacote (de busca do equilíbrio fiscal do Es-

tado), por meio de um eventual empréstimo junto à União. “Provavelmente eles (os demais poderes) vão colocar imposições, de que a gente não pode, por exemplo, fazer concurso público, contratar gente. A gente não pode aumentar a folha. Se a gente aumentar a folha, provavelmente não vamos estar aptos a entrarmos no programa”, considerou. “Se vamos cumprir isso, aí é uma questão dos poderes independentes. Então a gente precisam se unir, para ver se nós, como Estado, queremos esse aval da União, para pegar empréstimo mais barato. Então vamos ter que fazer A, B ou C. A gente tem de se comprometer com algumas coisas.”

Mas, de acordo com a secretária, o governo federal ainda não se manifestou sobre quais seriam compromissos. “Mas é muito

claro que alguns compromissos tendem a ser com relação à folha, porque é o nosso carro-chefe de despesa”, deduz.

Questionado se isso implicaria em redução de dotações dos demais poderes, respondeu que isso não está ainda em discussão. “É uma conversa que os poderes vão ter. Se tiver, vai sair de uma conversa. E não será uma imposição do Executivo. Acho que a gente tem de se unir para sair do buraco todo mundo junto”.

Folha de dezembro

Sobre a folha do funcionalismo de dezembro, Cristiane Schmidt disse que a primeira das seis parcelas acordadas com as entidades representativas dos servidores públicos do Estado será paga a partir do dia 29 de março e seguirá até o dia 10 do mês seguinte. (* Especial para O Hoje)

Hugo, Huana e Hutrin terão chamamento para contratar OSs

SAÚDE Contratos estão próximos de vencimento. No caso de Anápolis, ele será rescindido por falta de acordo

Catherine Moraes
catherine.moraes@opopular.com.br

Fábio Lima

Pelo menos três unidades de saúde estaduais que são gerenciadas por Organizações Sociais terão novos chamamentos públicos realizados nos próximos meses: Hospital de Urgências de Anápolis (Huana), Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) e Hospital de Urgências de Trindade (Hutrin). A informação é do secretário estadual de Saúde, Ismael Alexandrino.

O Hugo e o Hutrin são gerenciados pelo Instituto Haver desde o dia 27 de novembro de 2018, quando o Instituto Gertr pediu a rescisão dos contratos alegando atrasos recorrentes de pagamento e déficits constantes. O contrato foi firmado em caráter emergencial a convite da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES) pelo período de 180 dias e, portanto, se encerra em maio de 2019. O chamamento público ainda não foi realizado pela SES, mas, em nota, o Instituto Haver já afirmou que tem interesse em participar do processo.

A Secretaria afirmou que, desde o início da atual gestão, está auditando os contratos da pasta e que também está fiscalizando o cumprimento de protocolos e metas pré-estabelecidas. No último dia 20 de fevereiro, o secretário se reuniu com representantes da Fundação de Assistência Social de Anápolis (Fasa), que gerenciava o Huana desde a fundação, em 2006. O encontro terminou com a rescisão do contrato, mas com a garantia de atendimento por mais 90 dias, período em que deve ser feita a transição da administração da unidade de saúde. Já se passaram 80 dias e, segundo Alexandrino, a SES irá lançar um novo chamamento.

“Nós tentamos pela renovação com a OS que geria o Hospital de Urgências de Anápolis. No entanto, houve declínio da entidade em relação à continuação com o que a gente propôs em termos de redução de valores, e de ampliação de metas. Nós enten-



Hutrin é uma das unidades que terá chamamento para administrá-la

demos e respeitamos, mas o que buscaremos neste momento é ampliação do serviço com redução de valores sem perder a qualidade, e faremos isso com todas as unidades”, explicou.

HGG

Os contratos não vencem todos simultaneamente, o que dá ao governo estadual a possibilidade de negociar um a um. Ontem, a SES fez a primeira renovação de contrato do governo de Ronaldo Caiado com OS. O Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (Idtech), que gerencia o Hospital Geral de Goiânia Dr. Alberto Rassi (HGG) há sete anos, renovou o contrato de gestão por 48 meses. O acordo contou com uma redução de R\$ 3 milhões mensais e aumento de cirurgias de alta complexidade e de consultas.

De acordo com o secretário, o antigo contrato de R\$ 13,5 milhões passou para R\$ 10,5 milhões mensais sem prejuízo à população. A justificativa é de que a eficiência operacional e financeira fará com que mais pessoas sejam atendidas em um contrato que poupará pelo menos R\$ 36 milhões anuais.

Mesmo com a redução de verba, o HGG anunciou a ampliação em 24% o número de cirurgias de alta complexidade como transplantes renais, cirurgias cardíacas e transplantes de fígado. Para 2019 haverá ainda a implantação de transplantes cardíacos. No quesito consultas, o aumento é de 52% incluindo além das médicas, atendimentos como fonoaudiologia e fisioterapia.

“No caso do HGG, estamos falando de aproximadamente R\$

3 milhões/mês em economia, o que possibilitará certamente ampliarmos outros serviços e outras ações. O Estado precisa, por exemplo, de policlínicas regionais não tem milagre, o dinheiro é limitado. Nós precisaremos fazer muito mais, com menos. Buscamos inteligência no que contém cada indicador. Por exemplo, na redução do tempo de internação, na redução da taxa de internação, na taxa de ocupação que foi modificada. Então, tudo isso faz com que o hospital gire mais e possibilite mais oportunidade de atendimento à população”, disse o secretário.

Diretor técnico do HGG, Durval Pedrosa explica que a mudança de valores mostra uma capacidade de melhoria da gestão operacional do hospital. “É uma forma inteligente de se ajustar a gestão do hospital propiciando mais atendimento à população. Hoje o HGG já se encontra entre os 10 maiores centros transplantadores do País e já realizou cinco transplantes de fígado. A aposta agora é começar o transplante cardíaco”, completa.

DÍVIDAS CONTINUAM

Os repasses às OSs referentes ao ano de 2019 estão sendo mantidos. Ontem à noite, a secretaria informou que havia repassado R\$ 26,65 milhões às OSs. A dívida do Estado com as organizações, no entanto, só de 2018, ultrapassa R\$ 224 milhões. Em nota, a SES afirmou que “é totalmente impraticável arcar, em tão pouco tempo, com dívidas de meses ou anos, apesar de todo empenho para angariar recursos junto ao governo federal, a fim de reequilibrar as finanças ao longo desta gestão”.

“

Precisaremos fazer muito mais, com menos. Buscamos inteligência no que contém cada indicador”

Ismael Alexandrino,
secretário estadual de Saúde